

LUSOFONIA: MITOS, REALIDADES E POTENCIA- LIDADES

António de Almeida Santos

Intervenção do Presidente da Assembleia da República, na Sessão de Abertura da "VII Semana Sociológica" (11-14 de Abril de 2000), organizada pela "Associação dos Cientistas Sociais do Espaço Lusófono" (ACSEL) no Campus da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

**Intervenção do Presidente da Assembleia da República
na sessão de abertura da VII Semana Sociológica,
sobre "Lusofonia: Mitos, Realidades e Potencialidades"
11 de Abril de 2000**

- Magnífico Reitor da Universidade Lusófona;
- Senhores Professores;
- Caros Estudantes;
- Senhoras e Senhores:

I

O tema que me foi indicado como trabalho de casa foi "Lusofonia: Mitos, Realidades e Potencialidades".

Começemos pelo mito – Se o mito, segundo Fernando Pessoa, "é o nada que é tudo", uma língua falada por duzentos milhões de pessoas, se bem que num Mundo de seis biliões, se não é tudo, também não se pode dizer que seja nada. É a terceira língua a nível europeu e a sexta a nível mundial. Nada mal no "ranking" das línguas vivas, escritas e faladas. Assim, pois, nem pelo lado do defeito, nem pelo lado do excesso, a Lusofonia cabe na definição do imortal poeta.

Digamos assim, modestamente, que a Lusofonia é alguma coisa, embora esteja longe de ser tudo. Mito é que não é.

Mas em mito pode transformar-se se esperarmos tanto dela que a frustração a destrua. A rã da fábula tanto inchou, para ter o tamanho do boi, que rebentou. Sonhou ser o que não podia, acabou por não ser sequer o que já era.

Daqui uma primeira conclusão: a Lusofonia é o que é, enquanto realidade, e tem as potencialidades que tem. Explore-mo-las até ao limite das suas fronteiras, sem esquecermos as realidades de que partimos. Nem mesquinhos, nem Quixotes.

Esta conclusão resume, no essencial, o meu ponto de vista sobre o tema que me é proposto.

Só que eu fui encarregado de tratá-lo. E não é que me sinto embaraçado?! Presume-se que quem perora numa Universidade – para mais crismada, ela também, de Lusófona – é para, sobre o tema, falar de cátedra. Pois confesso o meu pecado: o que me apetece é, não tentar leccionar, mas ser leccionado. É que eu não sei bem o que Lusofonia seja. Isso leva-me a tentar recuperar um velho e odioso hábito escolástico da Universidade de Coimbra: o de, na véspera dos exames, os alunos irem a casa dos mestres implorar clemência. O mestre, de algum modo, no lugar de deus. Uma humilhação a fazer de prece.

II

Lusofonia é então o quê? Apenas uma língua – o português – falada pelos tais duzentos milhões de seres humanos? O universo dos que a falam? Uma vivência histórica e uma cultura comum? Um património literário e artístico comum, que tem como torres mais altas Camões, Vieira, Pessoa, Eça, Aquilino, Torga, Saramago, Machado de Assis, Graciliano de Ramos, Jorge Amado, Érico Veríssimo, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, José Craveirinha, Pepetela, Josefa de Óbidos, o Aleijadinho e outras estrelas da mesma constelação? A realidade orgânica que dá pelo nome de CPLP?

Talvez simplifiquemos a resposta centrando-nos no que seguramente a Lusofonia não é. Não é, desde logo, uma Pátria única, salvo na medida em que Pessoa identificou Pátria e Língua. Nem um Estado ou Super-Estado único. Nem uma só Nação, antes um conjunto heterogéneo de nações. Nem um só território, ainda que descontinuo.

Repitamos a pergunta: é então o quê?

Basicamente uma comunhão de língua. Melhor dizendo: **uma comunidade institucionalizada na base de uma comunhão de língua, de história e de cultura.**

Quem diz comunidade institucionalizada faz a transição para a CPLP. Por extenso: para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Ressalta dos Estatutos desta “Comunidade” o desenho jurídico-político de **uma organização interestadual de base não territorial, comunitária, com finalidades predominantemente culturais, e subsidiariamente de cooperação nos mais diversos domínios, dotada de personalidade jurídica internacional, de autonomia administrativa e financeira, e de órgãos próprios.**

A referência a países – conceito mais impreciso do que o de “Nação” ou de “Estado” (o conceito de Nação não foi sequer acolhido no texto da nossa Constituição) foi decerto seleccionado para resolver, pela negativa, o facto de que a lusofonia não é, nem um Estado, nem uma Nação.

Se bem que o acto constitutivo da CPLP **tenha assumido a forma de um tratado entre Estados**, fugiu a refeita a **Comunidade Interestadual** através dele constituída às pessoas de direito internacional que o convencionaram.

O elemento congregante é pois, em primeira linha, o facto de todos os Estados nele associados **terem por língua oficial a língua portuguesa.**

Em segunda linha, a circunstância de um longo percurso histórico comum – feito de grandezas e misérias, êxitos e fracassos, alegria e sofrimento – lhes ter conferido **características culturais e vivenciais identitárias de que também comungam.** Uma espécie de “afectio comunitatis”, que a CPLP se propõe fundir em metal de coesão, solidariedade e interajuda.

Os objectivos da CPLP visam **finalidades de concertação político-diplomática, económica, social, cultural, jurídica e tecnocientífica, e de promoção e difusão da língua portuguesa.**

Como bem se vê, a finalidade referida em último lugar é na verdade a primeira. Como nos evangelhos. A primeira na ordem dos objectivos a prosseguir, dos valores a defender, e como instrumento desses objectivos e valores.

A língua comum surge na Declaração Constitutiva da CPLP ligada ao imperativo da “progressiva afirmação internacional dos países que a falam, e como factor de identificação do espaço geograficamente descontinuo e da realidade cultural, nacional e plurinacional desses países”.

A língua portuguesa é ainda referida como “um vínculo histórico e um património comum resultantes de uma convivência multissecular entre os países que a falam, bem como um meio privilegiado de difusão da criação cultural entre os mesmos países, e de projecção internacional dos seus valores culturais, numa perspectiva aberta e universalista”.

Assim se confirma que, uma vez mais, no princípio esteve o verbo. Não desta vez para que se fizesse carne, mas **solidariedade e cooperação.**

Como se operará, desta vez, a transubstanciação? **Conjugando iniciativas com propósitos bem definidos para a promoção do desenvolvimento económico e social dos respectivos povos.**

III

Na sequência da Commonwealth Inglesa, e da União Francesa, em que vi tentativas hábeis de superar a era colonial, a que a última grande guerra, com dois vencedores anticolonialistas – os EUA e a URSS – e a Carta das Nações Unidas, haviam passado a certidão de óbito, eu próprio defendi, em textos e manifestos políticos, uma solução federativa para o nosso império colonial.

Não que eu depositasse esperanças definitivas numa solução desse tipo. Demais sabia eu que a hora era de total emancipação dos povos não autónomos. Bastava ler os profetas da negritude, com Franz Fanon como chefe de fila, e interpretar em termos hábeis o espírito de Bandung e o movimento dos não alinhados a dominar as votações da Assembleia Geral da ONU. No que eu confiava, era em que uma solução federativa ou mesmo só comunitária, que incluísse Portugal, o Brasil e as ex-colónias portuguesas, possibilitava uma saída não conflitual para o contencioso colonial português.

Ceguei, em façanhudo e prolongado interrogatório na PIDE, sob ameaça de não poder voltar a Moçambique, onde vivia e exercia a profissão de Advogado, a desenhar construtivamente a arquitectura desse meu ponto de vista. Durante três dias ataquei sem reservas o “statu quo”, e ditei um verdadeiro livro. No fim, o policial que me interrogou entendeu por bem anunciar-me que, com respostas daquelas, eu não voltaria a Moçambique.

Preparei-me mentalmente para passar a advogar em Lisboa, e perguntei quem e quando ia decidir da minha sorte. A resposta, então com alguma surpresa para mim, foi que seria o Presidente do Conselho. Assim vi confirmado que Salazar despachava directamente com a PIDE.

Fui para o Hotel Tivoli, onde sempre ficava, e aguardei. Dias depois o mesmo policial – aliás Director – telefonou-me a dizer: – com surpresa minha, o Senhor Presidente do Conselho gostou das suas respostas. Pode seguir para Moçambique.

Fiquei a matutar. Não seria ele tão empedernido e tão fanático dos seus mitos confortáveis como eu suponha?

Era. Mas terá sido conquistado pela franqueza rude e honesta das minhas respostas. Eu não tinha escondido o que pensava nem respondido defensivamente.

Do Brasil chegavam-me livros defendendo também uma Comunidade Luso-Afro-Brasileira. E o sociólogo Gilberto Freire, sem defender uma comunidade política desse tipo, lançou a plataforma cultural do seu lusotropicalismo.

Foi pena que Salazar não tivesse querido enveredar por uma solução – ainda que só transitória – desse tipo. Teria evitado as guerras coloniais e as dificuldades por elas criadas. Quando chegasse a hora de cortar o cordão umbilical, cortar-se-ia sem dor. Como a Inglaterra com os países da sua Comunidade. Como a França com os da sua União, à excepção da Argélia, também aí por causa da guerra.

Tendo, ao invés, insistido na louca ideia da Pátria una, do Minho a Timor, encomendou uma guerra atroz em três frentes, atirou os movimentos de libertação para os braços da URSS, e isolou Portugal do Mundo. A sequência é conhecida.

Daí que eu, convicto às tantas de que era tarde demais para uma solução federativa ou comunitária, tivesse passado a defender, em manifesto eleitoral apreendido pela PIDE, e depois em livro, proibido e queimado como nos tempos da Inquisição, pura e simplesmente a aceitação, pelo nosso País, do direito das nossas ex-colónias à autodeterminação do seu futuro.

Pela primeira vez em Portugal, se bem ajuízo. Tive naturalmente comigo, no referido manifesto, o grupo dos Democratas de Moçambique. Éramos um grupo corajoso e esclarecido.

Daí que eu tenha saudado a constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Antes tarde do que nunca, disse para comigo. Mas tarde demais para evitar as três referidas guerras; a sovietação dos dirigentes africanos; as guerras civis que em Angola e Moçambique prolongaram as conflagrações anti-coloniais; a programada criação do vazio colonial para instalar nele a utopia colectivista; o regresso dos colonos portugueses; a frustração do novo modelo e o mais que é conhecido.

É claro que entre a Comunidade que eu sonhei, e a que veio a ser instituída, há uma diferença abissal: a primeira destinava-se a salvar a benefício de inventário a obra positiva da era colonial; a segunda

propõe-se ordenar, segundo uma nova lógica de conjunto, o que resta dela e do esforço dos novos dirigentes africanos.

O que mudou entretanto, para ser possível agora o que então teria sido difícil, se não impossível? Muita coisa mudou. Onde em Portugal era uma ditadura, passou a ser uma democracia; onde nas ex-colónias era o deslumbramento da conquista da independência, são hoje as dificuldades da sua gestão; onde nas ex-colónias era a utopia de governos totalitários e de modelos económicos colectivistas, são hoje regimes democráticos e pluralistas e economias de mercado; onde era a bipolarização do Mundo é a sua globalização de base hegemónica; onde era, indicado, o significado dos territórios e das soberanias, é hoje o lento ocaso de ambos; onde era duvidoso o futuro da oficialização da língua portuguesa como língua veicular dos novos estados nascentes, oficializou-se em todos eles a nossa preciosa língua.

Destaque especial merece a tremenda machadada dada no princípio da territorialidade desferida pela autodeterminação – conquistada ou concedida – dos povos não autónomos. É sabido que as fronteiras coloniais desenhadas arbitrariamente na Conferência de Berlim, não respeitaram minimamente, nem as fronteiras geográficas naturais, nem os espaços afectos às nações originárias. Mas a OUA, receosa dos conflitos que se seguiram a tentativas de rearranjo daquelas fronteiras, impôs o seu respeito. E assim veio a descolonização a ser feita Estado a Estado, e não Povo a Povo, apesar de ser dos Povos, não dos Estados, o direito de autodeterminação e independência.

Feita assim Estado a Estado – com marginalização das Nações artificialmente encaixadas nele – a descolonização confirmou territórios artificiais, divisões de nações e etnias, com sacrifício da “*affectio societatis*” originária.

Digamos pois que os novos Estados nascentes estavam de antemão predispostos a refazer a sua nova unidade nacional com marginalização do elemento territorial e sobrevalorização de outros elementos aglutinadores, nomeadamente a comunhão da língua. A tal ponto que pode com verdade dizer-se que, hoje, o Português, como língua oficial comum, é a principal garantia de unidade, dentro do mesmo Estado, das nações ou etnias identitariamente diversificadas do espaço de Moçambique e Angola por exemplo.

Nesta medida, a língua portuguesa é, para esses e outros novos países, penhor da sua unidade. E se isto é assim dentro de Países Membros da CPLP, porque não há-se sê-lo para o conjunto dos seus membros, nas relações país a país.

Acresce que, quando eu em Moçambique cogitava das virtualidades de uma saída federativa ou comunitária, estava por consagrar, ao contrário de hoje, o expediente defensivo de formas de união económica e política, de base continental – caso da União Europeia – ou regional – casos da ASEAN, do MERCOSUL, da NAFTA, da futura MEFTA, etc.

Tudo organizações visando superar o mito dos territórios e das soberanias clássicas, e ductilizar estas até à admissão implícita, no ter-

minial de uma tendência irreversível, não apenas de formas mitigadas de soberania, mas do seu progressivo apagamento.

Este novo regionalismo, concebido à escala do Mundo, surge como o desenho de uma nova ordem política, económica, militar e civilizacional de nível por agora apenas supranacional, não ainda global, mas seu travão. Uma nova “gramática” que o desterritorializa, o desnacionaliza, o dessoberaniza e o reequaciona politicamente à base de novos critérios, novas afinidades e novos valores.

A essa descoberta de novas afinidades, novas identidades, e novas potenciais comunhões, corresponde o termo de relações conflituais, ou mesmo concorrenciais, substituindo à contestação, ao azedume, e em último caso à guerra, novas formas de cooperação e solidariedade.

Não é reconfortante pensar que a CPLP vai rolar nos carris da história, e não ao arrepio dela?

Demos um exemplo: seria hoje concebível um conflito militar entre dois ou mais Estados-Membros da União Europeia? Não, porque a eliminação das respectivas fronteiras, a livre intercomunicação dos respectivos territórios, a fusão dos correspondentes mercados e a redução da tradicional concorrência, de todo eliminaram as causas predominantes das guerras clássicas.

Hoje já não se declaram guerras para conquistar territórios. Fazem-se braços de ferro para alargar mercados. O próprio conceito tradicional de inimigo – o vizinho, o infiel, o outro – carece de sentido. Já não é para nós a Espanha, ou o Islão, mas o lugar em que se violam os direitos humanos. À lógica militar de guerra seguiu-se uma lógica militar de paz.

Neste Mundo-outro criaram-se assim condições para que pudessem ter sido instituída, e possa vir a ter êxito, uma Comunidade, não de Estados, nem de Nações, mas de Países, que têm, de comum, falarem a mesma língua, além de laços de cultura e de vivência histórica: porque perdeu sentido a comunhão de território, ou sequer a contiguidade dos respectivos territórios; porque perderam significado os exclusivismos fechados à chave das soberanias; porque perderam vigor as clássicas conflitualidades entre modelos políticos e económicos; porque a competição económica, sucedânea dos conflitos militares, se processa hoje à escala mundial, sob a bênção ideológica da Escola de Chicago, e ao apito do FMI e do Banco Mundial; enfim porque novos poderes – genericamente identificáveis com blocos de informação em rede – tomaram conta do Mundo.

É neste novo contexto que o velho princípio de que a união faz a força se aplica na plenitude do seu sentido. Os velhos e novos Estados aglutinam-se para, juntos, enfrentarem com menos dor os desafios da globalização. E é bem de ver que, para se aglutinarem, já não se faz mister a contiguidade dos respectivos territórios, ou a vizinhança dos respectivos cidadãos, mas qualquer outro factor de presa, com natural destaque para a comunhão de língua, de civilização e de cultura.

É este o traço de união que subjaz à CPLP. Não há-de ter êxito porquê? Porque os seus membros se espalham por três continentes?

E daí? Não eliminaram as novas tecnologias o tempo nas relações de contacto através do som e da imagem, e quase a distância nas relações de proximidade física? Neste novo contexto, Angola, Moçambique e o Brasil são ali em termos de distância, e são agora, em termos de tempo de informação e de contacto.

Reduzido a quase nada o que os separa, os Estados-Membros da CPLP podem fazer render sem inarredáveis contratempos o que os une. O que no passado era um mito, pode agora ser realidade.

IV

Que realidade? A de sete países que se deram conta de que, no Mundo de hoje, a contiguidade territorial deixou de ser condição “sine qua non” da instituição de uniões económicas e políticas de conjuntos de Estados. E a de que as mais diversas formas de coesão, solidariedade e cooperação podem hoje processar-se à distância, com a mesma facilidade com que até recentemente só podiam acontecer entre vizinhos.

Também esta novidade facilitou a institucionalização da CPLP. É que todos os países que a constituem têm uma grande parte dos seus cidadãos fora do seu território. É nomeadamente o caso de Portugal, cuja população, em cerca de um terço, vive e trabalha fora do seu espaço territorial. Esta consideração desvaloriza o conceito de Estado e reforça o de Nação. São as Nações que falam as línguas, não os Estados. Mas, como já vimos, a CPLP não partiu do conceito de nação – que a Constituição Portuguesa nem sequer acolhe – mas do conceito de País, do qual é bem mais complexo dar uma definição precisa.

No mundo moderno, as novas tecnologias da informação e da deslocação à distância operaram ainda uma outra “revolução” com significado para a viabilização de uma entidade lusófona: o progressivo nivelamento das identidades. Até recentemente, as comunidades humanas, e os países cujas eram, viviam isoladas ou pouco menos. As redes viárias eram escassas e penosas. Os meios de transporte mal superavam a era do cavalo. E os próprios sistemas de informações guardavam ainda a memória do pombo correio. O isolamento, como se sabe, cava as diferenças e reforça as identidades. “Cada terra com seu uso e cada roca com seu fuso”, dizia-se então.

De repente, vai-se até aos antípodas no intervalo entre duas refeições. A viagem, a velocidade supersónica, deixa de meter farnel e mudas de cavalos. À mesma hora todos recebemos em casa as mesmas informações e o registo dos mesmos espectáculos. E como os mesmos conhecimentos e as mesmas práticas nivelam as identidades, estamos todos a ficar desgraçadamente iguais. Todos conhecemos um pouco de tudo, todos viajamos um pouco por toda a parte, todos seguimos as mesmas modas, adoramos os mesmos ídolos, apreciamos os mesmos petiscos, todos sociologicamente nos clonamos, enquanto não chega a hora – que chegará a galope! – da clonagem biológica de seres humanos.

Que retiro eu daqui? Que o fosso que separava as civilizações – a europeia, a africana, a ameríndia – vai sendo preenchido por aproximações sucessivas. E que o clássico obstáculo das diferenças à aproximação dos homens e das Pátrias, tendencialmente abre alas a novas formas de solidariedade, cooperação e associação. Assim se criou espaço político a novas comunidades até há pouco impensáveis. A força aglutinadora pode agora revestir-se dos mais diversos matizes: pode ser a cooperação económica; pode ser a interajuda política; pode ser a solidariedade social; pode ser a língua comum; podem ser combinações entre esses e outros factores de presa.

Isto me leva à conclusão de que o processo histórico das últimas décadas facilitou as formas de associação política, económica e social de que é exemplo a União Europeia, e as formas de associação à base da comunhão de língua de que é exemplo a CPLP.

Neste caso, a própria história foi gerando espaços identitários comuns entre os países que constituem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. E se após a descolonização, esse acervo identitário sofreu algum recuo nos novos países africanos de expressão portuguesa, em razão da segunda tentativa assimiladora, padronizada pelo modelo soviético, o total fracasso dessa tentativa sobrevalorizou os resultados da primeira, “grosso modo” identificável com a orientação assimiladora da política colonial portuguesa. Se esta política não adregou êxito total no escopo de “fabricar” pretos de alma branca, nem por isso deixou de aproximar as civilizações africanas com a civilização portuguesa, muito para lá da difusão da língua e da religião. Hoje, ultrapassados os impulsos diferenciadores da escravatura, do trabalho forçado, da guerra, da descolonização e da experiência colectivista, os portugueses e os africanos dos novos países de expressão portuguesa, sentem-se mais do que nunca próximos e até irmãos. No plano dos sentimentos de afectividade e compreensão recíproca, estamos mais identificados do que nunca.

Também neste aspecto a CPLP nasceu na altura própria. E na linha do espírito que a ela preside, temos aí a realidade dos investimentos e em geral da presença portuguesa nos outros países de expressão portuguesa – sem excluir o grande Brasil – com alto significado económico e cultural. Programas de cooperação nos mais diversos domínios – Estado a Estado, Governo a Governo, Parlamento a Parlamento e Povo a Povo – têm sido cumpridos a bom ritmo. Portugal é um dos maiores investidores no Brasil, em Moçambique e em Cabo Verde. E mesmo em Angola, onde a guerra civil tem dificultado mais significativas formas de cooperação, temos uma presença que não deslustra.

Eis pois que as realidades, não sendo o que podiam e deviam ser, são no entanto de molde a documentar, da parte de Portugal, uma firme vontade de ajudar os seus irmãos mais novos e ser ajudado por eles. Se tomarmos em conta o facto de que o nosso país está longe de ser um saco sem fundo, a dimensão da nossa cooperação não raro se tem aproximado de ser brilhante.

V

Resta avaliar as potencialidades, para não deixar sem uma palavra nenhum item do tema proposto.

As potencialidades são muitas. Eu diria que, naquilo que depende da riqueza humana e económica potencial dos Estados-associados na CPLP, são mesmo brilhantes. Angola é um dos países mais portentosamente ricos do continente africano. Moçambique, sem ir tão longe, tem vales de rios potencialmente ricos, com destaque para o fabuloso Vale do Zambeze, que pode vir a transformar-se num outro Nilo. O potencial energético do território, incluindo o núcleo actual e futuro de Cabora Bassa, o gás de Pande e o Carvão de Moatize, são, entre outras, importantíssimas dádivas da natureza. A própria Guiné-Bissau, com o seu milhão e meio de hectares de terra irrigável, o seu óptimo regime de chuvas, as suas infra-estruturas rodoviárias de bom nível, o seu mar rico em peixe, e o seu belíssimo arquipélago de Bijagós à espera de operadores turísticos, é um país viável, se em definitivo conseguir estabilizar a paz e a democracia. S. Tomé e Príncipe é um potencial paraíso turístico, se lograr repor os níveis de sanidade da era colonial. Cabo Verde é pobre em recursos naturais, mas riquíssimo em recursos humanos. Tem conseguido milagres.

E que dizer então do Brasil? Que dizer de um dos mais extensos e naturalmente ricos países do Mundo? Que dizer da riqueza da sua cultura, da qualidade dos seus escritores e dos seus artistas, da irresistível atracção da sua música, da qualidade do seu cinema, do dionisíaco optimismo e da irreprimível alegria do seu povo?

Nesta panóplia de virtudes, o velho Portugal. Com uma história, uma cultura, uma literatura e uma arte de fazer inveja. Com oito séculos de existência, experiência e filosofia acumulados. Com o seu universalismo de raiz a permitir-lhe encarar sem pânico os desafios da globalização. Com os seu humanismo franciscano a denunciar o pendor egoísta e avalorativo dos tempos modernos. No papel de irmão mais idoso de países que valorizam o conselho dos mais velhos.

E tudo isto sem o contrapeso de interesses conflituais ou de quere-las possíveis.

Será que sou só eu a pensar que estão assim reunidas condições históricas, políticas, económicas, sociais, culturais e afectivas para que a CPLP ultrapasse a fase embrionária em que tem marcado passo?

A impressão que à vezes me fica é a de que a CPLP só pôde ser constituída porque nenhum dos países que a integram foi capaz de dizer não ao impulso generoso de um diplomata visionário, não tanto por uma colectiva ansiedade de dizer sim ao projecto nele implícito.

A impressão a que não escapo é a de que os países membros da CPLP ainda não consciencializaram o facto de terem entre mãos um diamante. Mas não lhe vislumbram o brilho possível.

E no entanto parece-me óbvio que, fazê-lo brilhar, depende só de uma coisa simples: da vontade política de que brilhe. E ele não poderá

cintilar com a evolução amorfa a que tem sido sujeito. Reunir de longe em longe para trocar proclamações agradáveis de ouvir, mas sem a vontade política de a rentabilizar, não basta para fazer sair a CPLP da cepa torta.

De certo modo pode dizer-se que, na sua mesma concepção, ela nasceu desvitalizada, se não já em estado de premoriência. A língua comum foi um bom pretexto, o instrumento privilegiado da nova relação. Mas não é em si um impulso nem pode, verdadeiramente, ser um motor. Facilita contactos, ajuda a garantir a preservação de uma identidade comum que se faz mister preservar. Mas não assegura, só por si, formas de cooperação que é importante fomentar.

Organicamente, o Estatuto da CPLP foi pouco ambicioso. Darei apenas um exemplo: nem na sua preparação, nem na sua negociação, nem na sua concretização, os parlamentos dos Estados-Membros foram havidos ou achados. Decerto em razão disso, não fazem parte dos seus órgãos. Não se previu sequer a sua audição ou a sua consulta. Com alguma carga irónica, mencionou-se, entre os objectos da CPLP, o de “estimular o desenvolvimento de acções de cooperação interparlamentar”. Assim ao jeito de “res inter-alios”. Não se há-de deste modo estranhar que o tempo entretanto decorrido tenha sido de estímulo zero.

Não se tratou sequer de um caso de esquecimento. A questão foi debatida, inclusive na modalidade da criação de um “Parlamento dos Povos de Língua Portuguesa”. Esta ideia chegou, inclusive, a figurar em alguns dos projectos de Estatutos que foram discutidos.

Mas foram invocados contra ela argumentos especiosos, que não resistem a uma análise consistente. Entre eles, o da “enorme disparidade dos graus de amadurecimento das diferentes instituições parlamentares dos sete países... e o carácter incipiente, embrionário e extremamente débil dos parlamentos dos cinco países africanos”.

Os proponentes chegaram a recuar até à menção de uma “eventual” criação daquele parlamento. Mas nem isso passou. Não se quis ver que são os parlamentos que democraticamente representam os povos que falam a língua fundadora da Comunidade pactuada. E que, exactamente porque nem todos os parlamentos dos PALOP's apresentam a mesma solidez democrática, se justificavam instrumentos (leia-se órgãos) tendentes à sua consolidação e ao seu reforço.

E acaso não são também diversos os níveis de desenvolvimento e difusão da língua portuguesa? Impediu isso a institucionalização da CPLP com base nela?

Assim se deu lugar a um chocante défice democrático na institucionalização da CPLP, apesar de a democracia ter sido incluída entre os “valores” de que os chefes de Estado e de Governo contratantes e declararam “imbuídos”.

Teria toda a lógica que, se se não queria criar um Parlamento próprio, no mínimo se tivessem acoplado a um dos seus órgãos os Presidentes dos Parlamentos dos Países da Comunidade. Mas porque não a criação, em separado, de um Parlamento, uma Conferência ou um Fórum desses Presidentes?

Eu é que não estive pelos ajustes. E na minha qualidade de Presidente do Parlamento Português, tomei a iniciativa de propor aos meus homólogos da Comunidade o Fórum que os Fundadores rejeitaram.

Foi ele criado por acordo de 21.03.1998, e já reuniu duas vezes. A próxima, depois de Lisboa e Maputo, terá lugar em Brasília.

Com esse Fórum nasceu um estado de espírito que tem estado na base de formas múltiplas e significativas de cooperação interparlamentar. À margem dele já recebi oficialmente todos os homólogos dos países lusófonos. E eu próprio já oficialmente os visitei a todos, faltando apenas S. Tomé e Príncipe, que em breve visitarei. Na sequência do seu espírito, o Parlamento português ajudou a informatizar os Parlamentos dos seus congéneres africanos, e tem recebido delegações parlamentares e de funcionários para cursos de formação.

Por sobre tudo isto, tivemos o sentido de Estado bastante para nos assumirmos com “braço parlamentar” da CPLP, abuso meta-estatutário de que esperamos vir a ser absolvidos.

Talvez que na ocasião da alteração estatutária exigida pela ascensão de Timor-Leste à independência, surja a oportunidade para ser repensada a criação, como órgão da CPLP, de um “Parlamento dos Povos de Língua Portuguesa”.

Será uma inovação importante, mas não suficiente. Do que a CPLP precisa é de um novo espírito e de uma reforçada vontade política de explorar todas as virtualidades do muito que une os seus países membros, e de superação do que os separa.

VI

Em conclusão: a lusofonia não é um mito; a lusofonia é uma realidade insofismável num Mundo que parece apostado em derrubar antigas barreiras; a lusofonia é rica de potencialidades de cooperação económica, política, cultural e social; espaço de uma só língua, de uma secular vivência histórica, uma cultura e uma identidade com afinidades que seria criminoso menosprezar.

A história uniu-nos. Reforcemos essa união! Depende só de nós.

Lusofonia: mitos, realidades...